

ProSTO

# Baixa Pombalina vai ter Carta de Potencial de Integração de Sistemas Solares



No próximo dia 9 de Dezembro, a Lisboa E-Nova vai apresentar, numa das sessões “Ponto de Encontro”, a Carta de Potencial de Integração de Sistemas Solares na Baixa Pombalina e ainda um Manual de Soluções de Integração de Sistemas Solares. Este trabalho foi elaborado no âmbito do projecto europeu ProSTO – Optimização de Obrigações de Adopção de Sistemas Solares Térmicos, que conta com o apoio da Comissão Europeia e do programa Energia Inteligente Europa (IEE).

Aproveitando a definição do Plano de Pormenor de Salvaguarda da Baixa Pombalina, que pretende motivar a reabilitação desta zona nobre da capital, a Lisboa E-Nova em parceria com a Câmara Municipal de Lisboa (CML) e o Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (IGESPAR) definiram a Carta de Potencial de Integração de Sistemas Solares na Baixa Pombalina, que identifica o potencial de integração destas tecno-

logias nas coberturas dos edifícios da Baixa. “A Carta de Potencial identifica as orientações de todas as coberturas (Norte, Sul, Este e Oeste), quantifica as áreas disponíveis, sinaliza as coberturas, onde pelo seu elevado valor histórico não é permitida a instalação destes sistemas e, por fim, faz uma quantificação do potencial em termos de irradiação e produtividade expectável”, explica a Lisboa E-Nova. O Plano de Salvaguarda, ao incluir esta Carta de Potencial, determina que todos os edifícios que nela estejam contemplados, ao serem alvo de reabilitação ou em caso de nova construção na área, devem integrar sistemas solares térmicos de acordo com as indicações da Carta e os critérios definidos no Manual de Soluções de Integração de Sistemas Solares. Por sua vez, “o Manual define a integração destes sistemas na cobertura do edifício, de modo a complanar à água, tipo janela de sótão, salvaguardando a estrutura da cobertura e a preservação das várias

Um dos resultados principais da participação da Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, Lisboa E-Nova, no projecto ProSTO vai ser apresentado no próximo mês de Dezembro. Trata-se da Carta de Potencial de Integração de Sistemas Solares na Baixa Pombalina e ainda de um Manual de Soluções de Integração de Sistemas Solares, dois documentos que pretendem contribuir para uma maior eficiência e sustentabilidade na zona nobre da capital portuguesa, sem deixar de fora os edifícios com valor patrimonial.

tipologias de coberturas desta área. Indica, ainda, que a integração destas tecnologias deve adoptar sistemas de circulação forçada, prevendo a ocultação do reservatório de água no interior do edifício”.

Tratando-se de uma zona histórica da cidade, a Baixa Pombalina é rica em edifícios classificados pelo seu valor patrimonial e que são considerados excepções à aplicação dos regulamentos. O mesmo se passa com a adopção de tecnologias de energia solar e com a possibilidade de integração das tecnologias solares nestes edifícios. Apesar de compreender a importância da manutenção do património histórico destes edifícios, a Lisboa E-Nova está também consciente que “esta isenção é, frequentemente alvo de apropriação indevida por parte de investidores e promotores imobiliários, fomentando o não cumprimento dos actuais requisitos para a eficiência energética e conforto nos edifícios residenciais em edifícios patrimoniais” e contribuindo para a desertificação e abandono desta zona da cidade. Por isso, tentou-se que esta situação fosse ultrapassada através da procura de “novas soluções tecnológicas, fomentando a resposta do mercado às necessidades destes edifícios e identificando claramente os processos e técnicas que permitem adequar o património de edifícios residenciais às novas normas e consequente obtenção dos níveis de conforto e desempenho energético exigidos”.

“O facto de Lisboa estar abrangida pela legislação nacional não invalidou a participação activa e a procura de soluções para a optimização da adopção desta obrigação ao nível nacional e local”, refere a Lisboa E-Nova. Ao nível nacional, este trabalho exigiu o diálogo com várias entidades, como a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR), à qual foi aconselhada, através da Recomendação nº1/2009, a taxação de sistemas de produção de águas quentes sanitárias segundo o escalão 2 de consumo, em vez da aplicação do escalão máximo, que prejudicava a adopção deste tipo de soluções. Já ao nível local, definiram-se critérios relativos à instalação dos sistemas solares térmicos no Regulamento Municipal de Urbanização

e Edificação de Lisboa (RMUEL), que tornam obrigatória a integração destes sistemas na arquitectura dos edifícios, a adopção de sistemas centralizados em novos edifícios e a apresentação do projecto de instalação do sistema na primeira fase de submissão do projecto de arquitectura.

Segundo a Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, “esta abordagem ao património classificado, pretende, simultaneamente, motivar o mercado para a apresentação de soluções de integração inovadoras que promovam e qualifiquem a adequação deste património aos novos desafios energéticos”.

## Projecto ProSTO com brochura em português



Para aqueles que não sabem o que é uma obrigação solar térmica ou não conhecem o ProSTO, foi lançada recentemente uma brochura em vários idiomas, incluindo português, sobre as iniciativas e objectivos do projecto. O folheto de 12 páginas explica o contexto legal ao nível europeu em que surgem as obrigações solares térmicas, os benefícios que podem trazer para as comunidades e ainda como se planeia uma obrigação solar térmica. É possível também ficar a conhecer alguns exemplos de sucesso de implementação de obrigações solares térmicas, como é o caso de Barcelona (Espanha), Múrcia (Espanha), Lisboa, Lázio (Itália) ou Israel. A brochura está disponível no sítio na Internet do projecto, em [www.solarordinances.eu](http://www.solarordinances.eu)

Segundo a Agência de Energia e Ambiente de Lisboa, “esta abordagem ao património classificado, pretende, simultaneamente, motivar o mercado para a apresentação de soluções de integração inovadoras que promovam e qualifiquem a adequação deste património aos novos desafios energéticos”